

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

O Estudo Técnico Preliminar foi realizado de acordo com os elementos previstos no §1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objetivo: Analisar a viabilidade e pertinência da contratação de empresa para a prestação de serviço de suporte operacional as ações de desocupação de áreas públicas invadidas no Município de Itajaí, com dedicação exclusiva de equipe e equipamentos, para a Secretaria Municipal de Obras de Itajaí, conforme definido no DFD.

A contratação decorre da negativa de prorrogação contratual da atual empresa prestadora de serviços, através do contrato **053/2025**. O objeto está alinhado às diretrizes de economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Obras

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo	Matrícula	E-mail
Paulo Ricardo da Silva	Assessor	1629502	Paulo.ricardo@itajai.sc.gov.br
Adilaine Cristina Furtado	Assessora	1408805	Adilaine.furtado@itajai.sc.gov.br
Ana Paula Pelegrini	Assessora	1097803	Ana.pelegrini@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O Município de Itajaí vem enfrentando demanda crescente por ações de desocupação de áreas públicas invadidas, remoção de estruturas irregulares e adoção de medidas preventivas para evitar novas ocupações.

Essas ações envolvem atividades operacionais como:

- retirada de estruturas improvisadas;
- remoção de resíduos e materiais abandonados;
- transporte de materiais removidos;

Tais atividades são executadas em apoio às ações coordenadas pelas Secretarias Municipais de Segurança e de Desenvolvimento Social, especialmente no âmbito do programa municipal de recuperação de áreas públicas.



A ausência de uma equipe operacional dedicada compromete a agilidade das intervenções, podendo resultar em:

- aumento da degradação ambiental e urbana;
- maior risco à segurança pública;

Atualmente essas atividades são executadas por meio do Contrato nº 053/2025, porém a empresa contratada não manifestou interesse na prorrogação contratual, o que torna necessária a realização de novo processo licitatório para garantir a continuidade dos serviços.

Além disso, a Administração Municipal não dispõe de equipe própria, equipamentos e estrutura operacional suficiente para executar essas atividades de forma contínua.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano de Contratações Anual (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) da Secretaria Municipal de Obras, considerando tratar-se de serviço necessário para manutenção da ordem urbana, preservação do patrimônio público e execução das ações previstas no planejamento municipal.

O PAC contempla a contratação de serviços operacionais de apoio às ações de manutenção urbana e recuperação de áreas públicas, garantindo que tais atividades sejam realizadas de forma planejada e contínua.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Trata-se de serviço de execução indireta, a ser prestado por empresa especializada, considerando que a Administração não dispõe de servidores e frota própria suficiente e disponível para atender, de forma contínua, exclusiva e simultânea, as demandas regionais identificadas. A contratação possui natureza continuada, em razão da recorrência das atividades de remoção e limpeza de invasões, em atendimento ao Programa Recomeço, bem como o isolamento de terrenos públicos para evitar futuras invasões.

Os principais requisitos da potencial contratação compreendem, de forma não exaustiva:

- a) Disponibilização de caminhão, equipamentos e ferramentas utilizados nas atividades da SMO e equipado para melhor execução dos serviços, disponibilidade contínua, de modo a assegurar a regularidade dos serviços durante toda a vigência contratual;
- b) Fornecimento de encarregado, com experiência e capacitado para condução dos serviços e apoio às atividades correlatas;



c) Fornecimento de mão de obra de carpinteiro e pedreiro, com experiência e capacidade para execução dos serviços e apoio às atividades correlatas;

d) Responsabilidade da contratada pelos custos operacionais, tais como manutenção preventiva e corretiva, seguro, encargos trabalhistas e demais despesas inerentes à prestação do serviço, conforme vier a ser definido no Termo de Referência;

e) Observância de critérios mínimos de segurança e conservação dos veículos, garantindo condições adequadas de uso e mitigação de riscos operacionais;

Quanto à duração, a contratação deverá possuir vigência inicial de 12 (doze) meses, considerando a natureza continuada do serviço e a necessidade de garantir previsibilidade e eficiência operacional, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base na **demanda operacional atual da Secretaria Municipal de Obras – SMO**, considerando a necessidade de atendimento realizada pelo atual contrato (053/2025).

Para subsidiar a presente estimativa, foi utilizado relatório contendo os serviços atendidos pela Secretaria de Obras, através da equipe contratada, abrangendo serviços de limpeza de locais de invasão, remoção de entulhos oriundos das demolições solicitadas, limpeza de terrenos com auto de infração e limpeza em áreas públicas.

Serviços – Período 01/01/2025 a 31/12/2025	Quantidade
Entulho – Multirão de Limpeza em espaços públicos.	2669
Retirada de Entulho	12
Limpeza de terreno com Auto de Infração	36
Demolição e limpeza de áreas públicas	25
Total de Serviços Protocolados	2742

*Relatório associado ao processo.

Portanto, para atendimento adequado das demandas identificadas, estima-se:

Composição

Cargo	Quantidade	Especificação
Encarregado – com experiência mínima de 2 anos – (CNH ‘C’)	1	Responsável pela condução e controle da equipe – planejamento diário e interlocução com o Fiscal do Contrato.
Carpinteiro	1	Responsável pela execução direta dos serviços de isolamento, apoio às atividades de retirada e

Secretaria Municipal de Obras

Rua José Pereira Liberato, 1899 – Bairro São João
CEP 88.304-400 - Itajaí/SC Telefone: (47) 3228-7979 ou (47) 3348-0303



Cargo	Quantidade	Especificação
		limpeza, bem como no auxílio aos demais serviços correlatos.
Pedreiro	1	Responsável por serviços complementares de pequenos reparos estruturais, recomposição de elementos construtivos e adequações em áreas públicas, bem como no auxílio aos demais serviços correlatos.
Auxiliar	2	Para auxiliar todas as demandas de serviços, limpeza e conservação dos locais de trabalho, apoio a sinalização e nos demais serviços correlatos.

Equipamentos

Equipamento	Quantidade	Especificação
Caminhão 3/4	1	Máximo 5 anos – com cabine para transporte de passageiros - carroceria aberta, Plotado.
EPI's	-	Placa de sinalização, luvas, óculos de proteção, protetor auricular e colete refletivo, cones de sinalização, entre outros

Durante a execução contratual, verificou-se que as atividades relacionadas às ações de desocupação de áreas públicas e recuperação de espaços urbanos frequentemente demandam serviços complementares de **pequenos reparos em estruturas existentes, recomposição de elementos construtivos e adequações em áreas públicas**, os quais exigem conhecimentos específicos da atividade de pedreiro.

Dessa forma, a inclusão de **01 (um) profissional com qualificação na função de pedreiro** visa proporcionar maior eficiência na execução das intervenções, evitando a necessidade de contratações pontuais adicionais e permitindo que as equipes realizem de forma mais completa as atividades de recuperação e adequação das áreas públicas atendidas.

Assim, o quantitativo proposto reflete a necessidade operacional observada durante a execução do contrato vigente, garantindo estrutura adequada para atendimento das demandas da Administração.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Com o objetivo de identificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa relacionada às atividades de suporte operacional às ações de desocupação de áreas públicas, retirada de estruturas irregulares, limpeza e



isolamento de terrenos públicos, foi realizado levantamento das alternativas disponíveis no mercado para execução desses serviços.

Para subsidiar a presente análise, foram considerados os dados operacionais e a experiência administrativa decorrente da execução do **Contrato nº 053/2025**, celebrado pelo Município de Itajaí para atendimento de demanda semelhante.

Durante a vigência do referido contrato, verificou-se que o modelo de contratação baseado na **disponibilização de equipe operacional dedicada, mediante remuneração mensal**, mostrou-se adequado para atendimento das demandas da Administração, garantindo disponibilidade permanente de mão de obra, equipamentos e logística necessária para execução das atividades.

A experiência operacional demonstrou que a contratação de empresa especializada com equipe fixa permitiu maior agilidade na execução das ações de desocupação e recuperação de áreas públicas, possibilitando resposta mais rápida às solicitações das unidades administrativas responsáveis pelas operações, bem como melhor organização das frentes de trabalho.

Além disso, esse modelo de contratação proporcionou maior previsibilidade de custos, facilidade na gestão contratual e melhor controle das atividades executadas, uma vez que a equipe permanece à disposição da Administração durante toda a vigência do contrato.

Foram analisadas também outras possíveis alternativas para atendimento da necessidade administrativa, tais como:

a) Execução direta pela Administração

Essa alternativa exigiria a disponibilização de equipe própria permanente, aquisição de veículos, equipamentos e ferramentas específicas, além da ampliação da estrutura administrativa necessária para gestão das atividades operacionais.

Considerando as limitações atuais do quadro de pessoal da Administração e a necessidade de disponibilidade imediata para execução das ações, essa alternativa não se mostrou tecnicamente viável no momento.

b) Contratação por demanda específica

Nesse modelo, os serviços seriam contratados apenas quando surgisse a necessidade de execução das atividades.

Contudo, essa alternativa apresenta limitações operacionais relevantes, especialmente em situações emergenciais, nas quais a Administração necessita de resposta imediata para realização das intervenções, podendo gerar atrasos na execução das ações e comprometer a eficiência das operações.



c) Contratação de empresa especializada com equipe operacional dedicada

Nesse modelo, a empresa contratada disponibiliza equipe operacional e equipamentos necessários para execução dos serviços durante toda a vigência do contrato, permitindo atendimento contínuo às demandas da Administração.

A experiência obtida com o contrato anteriormente executado demonstrou que essa alternativa proporciona melhores resultados operacionais, garantindo maior disponibilidade de equipe, agilidade na execução das atividades e melhor controle da execução contratual.

Comparativo das soluções

Com base no levantamento mercadológico realizado, procedeu-se à análise comparativa das alternativas identificadas, considerando critérios de viabilidade técnica, econômica e operacional, bem como a capacidade de atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Obras – SMO.

Solução	Viabilidade Técnica	Viabilidade Econômica	Atendimento à Continuidade do Serviço	Observações
Execução direta pelo Município	Baixa	Baixa	Média	Exige elevado investimento inicial, custos permanentes de manutenção e disponibilidade de mão de obra própria, atualmente insuficiente.
Contratação por demanda de serviço (unitária)	Média	Média	Baixa	Possibilita pagamento por serviço efetivamente executado, porém gera imprevisibilidade orçamentária e não garante disponibilidade permanente de equipe, podendo comprometer a continuidade e a resposta a demandas emergenciais.
Contratação continuada por contrato, com equipe e equipamentos	Alta	Alta	Alta	Garante disponibilidade permanente da equipe, previsibilidade operacional e melhor relação custo-benefício.



7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisas preliminares de mercado e em contratações similares, considerando a natureza do serviço, a disponibilidade contínua da equipe e do veículo.

De forma preliminar, apurou-se o valor para 12 meses de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Obras dispõe de dotação orçamentária no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para o exercício de 2026, suficiente para suportar a contratação pretendida, observada a regular execução orçamentária e financeira.

A estimativa apresentada possui caráter preliminar, destinada à avaliação da viabilidade econômico-financeira da contratação no âmbito do Estudo Técnico Preliminar, sendo os valores detalhados, as memórias de cálculo e as fontes de pesquisa consolidados no Termo de Referência e nos documentos que instruirão o processo licitatório.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Optou-se pela contratação de modalidade contínua com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. A justificativa para essa escolha é fundamentada nos seguintes fatores:

- Técnica: A necessidade de atendimento ágil e diário para as demandas exige que a equipe esteja integralmente disponível.
- Econômica: Contratar sob regime contínuo garante previsibilidade orçamentária e eficiência no planejamento das operações, reduzindo custos decorrentes de atrasos ou respostas insuficientes.

Com base nos dados obtidos, verificou-se que o serviço ora pretendido é comum no mercado e pode ser contratado com base na Lei nº 14.133/2021, por meio de processo licitatório adequado, na modalidade Pregão na forma eletrônica, conforme critérios de vantajosidade.

Dessa forma, a solução escolhida atende aos requisitos técnicos, operacionais e econômicos, garantindo eficiência e conformidade legal para a execução das atividades demandadas pela SMO.

9. Justificativa para Contratação por licitação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra

A presente contratação, cujo objeto consiste na prestação de serviços contínuos, envolvendo serviços de apoio ao programa recomeço, com isolamento de áreas públicas, auxílio na retirada de entulho das invasões, com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, encontra-se alinhada com os princípios e exigências da Lei nº 14.133/2021.

Secretaria Municipal de Obras

Rua José Pereira Liberato, 1899 – Bairro São João
CEP 88.304-400 - Itajaí/SC Telefone: (47) 3228-7979 ou (47) 3348-0303



Ainda que as atividades possuam caráter cotidiano, previsível e permanente, não se trata de atividade-fim típica da Administração Pública, tampouco de funções que requeiram vínculo estatutário ou o exercício de poder de decisão ou autoridade. São, portanto, passíveis de execução indireta, desde que respeitadas as condições legais.

A opção pela prestação de serviço contínuo com dedicação exclusiva de equipe contratada decorre de diagnósticos técnico que aponta:

- I. A necessidade permanente de atendimento a ordens de serviços emergências e programadas;
- II. A inviabilidade de execução direta devido à ausência de pessoal próprio em número e capacitação suficientes, bem como à indisponibilidade de frota e equipamentos operacionais adequados;
- III. A impossibilidade de adoção do modelo por hora (registro de preços), que se revelou antieconômico e ineficaz frente à natureza contínua das demandas.

Conforme dispõe o art. 6º, XXII e XXIII, art. 11 e art. 105 da NLLC, a Administração pode contratar serviços de natureza contínua, desde que observados os princípios da legalidade, economicidade, vantajosidade e eficiência, todos devidamente demonstrados no presente Estudo Técnico Preliminar.

No tocante à dedicação exclusiva da mão de obra, cabe destacar que:

- I. A empresa contratada será integralmente responsável pela gestão de pessoal, supervisão técnica, fornecimento de EPI's e atendimento às normas de segurança e desempenho;
- II. A atuação da Administração se restringirá ao acompanhamento técnico e à fiscalização contratual, conforme preveem os arts. 117 a 120 da NLLC;
- III. As condições contratuais estabelecerão mecanismos de fiscalização do desempenho, metas e controle por resultados, nos termos do art. 103 da NLLC.

A contratação também está em consonância com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, que admite a contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva, desde que observados os requisitos legais e vedada a subordinação direta. A título exemplificativo:

“A terceirização de atividades instrumentais à consecução dos objetivos institucionais da Administração é permitida, desde que haja adequada supervisão e fiscalização do contrato e que não haja subordinação direta dos empregados da contratada aos servidores públicos.” (TCU – Acórdão 2.876/2018 – Plenário).

Portanto, a contratação não caracteriza terceirização ilícita, mas sim instrumento legítimo de gestão contratual, dentro dos limites legais, com o objetivo de garantir continuidade e eficiência de serviços públicos essenciais, conforme entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU 2.876/2018 – Plenário).



10. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O parcelamento do objeto não se mostra técnica nem economicamente viável, considerando que os serviços a serem contratados envolvem atividades operacionais integradas, executadas de forma contínua e coordenada, compreendendo retirada de estruturas irregulares, remoção e transporte de resíduos, limpeza das áreas e execução de isolamento em terrenos públicos.

Tais atividades são realizadas em sequência lógica e interdependente, compondo um único fluxo operacional, no qual a eficiência da execução depende da atuação simultânea da equipe, do uso compartilhado dos equipamentos e da coordenação centralizada das frentes de trabalho.

A eventual divisão do objeto em contratos distintos implicaria a fragmentação desse fluxo operacional, gerando impactos diretos na produtividade das equipes, aumento do tempo de execução das intervenções e maior risco de descontinuidade das ações, especialmente em situações que demandam resposta imediata da Administração.

Sob o aspecto econômico, a contratação integrada permite melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e logísticos, reduzindo custos indiretos associados à mobilização de equipes, deslocamentos, ociosidade de equipamentos e necessidade de coordenação entre múltiplos contratos.

A fragmentação da contratação tenderia a gerar sobreposição de custos administrativos e operacionais, além de exigir maior estrutura de fiscalização e gestão contratual por parte da Administração, o que comprometeria a economicidade da contratação.

Adicionalmente, a execução por único contratado facilita a responsabilização pela entrega do resultado final, evitando conflitos decorrentes da atuação de múltiplos prestadores em atividades interdependentes.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto comprometeria a eficiência operacional e a economicidade da contratação, não se mostrando técnica nem economicamente recomendável, razão pela qual se justifica a adoção de lote único para execução integrada dos serviços.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O objeto da presente contratação não possui vinculação direta ou interdependência com outros contratos vigentes. Trata-se de contratação específica destinada ao apoio as Secretarias de Segurança e Desenvolvimento, bem como para atender as demandas da SMO.

Dessa forma, a contratação atua como medida de apoio e reforço operacional, sem caracterizar sobreposição contratual, garantindo a eficiência na execução dos serviços públicos essenciais enquanto se mantêm as atividades regulares da Secretaria Municipal de Obras.



12. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Com a implementação da solução escolhida, a Administração pretende manter os resultados concretos em termos de economicidade, eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

A garantia de disponibilidade contínua de equipe e veículo adequados para apoio às atividades da Secretaria Municipal de Obras – SMO, assegurando a regularidade dos serviços de manutenção e conservação urbana.

Em termos financeiros, a contratação possibilita planejamento orçamentário mais eficiente, com custos definidos e proporcionais à necessidade do serviço, assegurando melhor controle dos gastos públicos e alinhamento aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público.

13. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá adotar as seguintes providências, com vistas a assegurar a regularidade, a viabilidade técnica e a adequada execução do objeto:

13.1. Verificação de documentos de habilitação

Conferência da documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e econômico-financeira da empresa vencedora, em conformidade com a legislação vigente e com as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

13.2. Conferência das condições técnicas dos equipamentos e qualificação da equipe proposta

Verificação das condições técnicas do caminhão a ser disponibilizado, bem como da regularidade e adequação dos postos de serviços indicados, assegurando que atendam aos requisitos mínimos de segurança, habilitação e capacitação necessários à execução do serviço.

13.3. Aprovação do Plano de Trabalho

Análise e aprovação do Plano de Trabalho a ser apresentado pela contratada, contemplando a organização operacional, a alocação do veículo, os procedimentos de atendimento às demandas e as rotinas de comunicação com a fiscalização da Administração.



14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A execução dos serviços de suporte operacional às ações de desocupação de áreas públicas, retirada de estruturas irregulares, limpeza e isolamento de terrenos públicos poderá gerar impactos ambientais pontuais, principalmente relacionados à geração de resíduos provenientes das atividades de remoção de materiais e limpeza das áreas intervenientes.

Entre os principais impactos ambientais potenciais identificados, destacam-se:

- geração de resíduos de construção civil, madeira, metais e outros materiais provenientes da remoção de estruturas irregulares;
- geração de resíduos volumosos decorrentes da limpeza das áreas públicas;
- emissão de poeira e material particulado durante atividades de retirada e movimentação de resíduos;
- emissão de gases provenientes da utilização de veículos e equipamentos empregados na execução dos serviços;
- eventual descarte inadequado de materiais removidos caso não sejam observados os procedimentos ambientais adequados.

Considerando tais aspectos, deverão ser adotadas medidas de mitigação e controle ambiental durante a execução contratual, com o objetivo de reduzir ou eliminar os impactos ambientais decorrentes das atividades.

Nesse sentido, a contratada deverá observar, no mínimo, as seguintes diretrizes:

Gestão adequada de resíduos

Os resíduos gerados durante a execução dos serviços deverão ser segregados, acondicionados, transportados e destinados de forma ambientalmente adequada. Sempre que possível, deverá ser priorizada a destinação de materiais passíveis de reaproveitamento ou reciclagem.

Destinação ambientalmente adequada

Os materiais removidos das áreas públicas deverão ser encaminhados a locais de destinação devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes, evitando descartes irregulares em vias públicas, terrenos baldios ou áreas ambientalmente sensíveis.

Redução de desperdícios

Durante a execução das atividades deverá ser adotado o uso racional de materiais e recursos, evitando desperdícios e priorizando práticas que reduzam a geração de resíduos.

Utilização de equipamentos em boas condições

Os veículos e equipamentos utilizados na execução dos serviços deverão estar em adequadas condições de manutenção, de forma a reduzir emissões atmosféricas,



vazamentos de óleos ou combustíveis e demais impactos ambientais decorrentes da operação.

Boas práticas de execução

Durante as atividades de remoção de materiais e limpeza das áreas, deverão ser adotadas práticas operacionais que reduzam a dispersão de poeira e o espalhamento de resíduos, bem como a organização adequada das frentes de trabalho.

Critérios de sustentabilidade

Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas compatíveis com os princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, tais como:

- utilização racional de recursos naturais;
- incentivo ao reaproveitamento e reciclagem de materiais;
- redução da geração de resíduos;
- adoção de práticas operacionais que minimizem impactos ambientais.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são **pontuais e plenamente mitigáveis**, desde que observadas as diretrizes de gestão ambiental e as medidas de controle estabelecidas pela Administração e pela legislação aplicável.

15. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO:

Paulo Ricardo da Silva
Matrícula: 1629502

INTEGRANTE REQUISITANTE:

Adilaine Cristina Furtado
Matrícula: 1408805

Ana Paula Pelegrini
Matrícula: 1097803



16. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente.
Itajaí/SC, 12 de março de 2026.

Tarcizio Zanelato
Secretário de Obras